

Da Translação para o Enactar: a possibilidade que a Teoria Ator-rede apresenta para pensar em termos de processos nas pesquisas em Administração

Patricia de Camillis¹
Claudia Simone Antonello²

Resumo: diversas críticas têm sido dirigidas à Teoria Ator-Rede (TAR) nos últimos anos, em especial para a ideia de translação, que é um conceito bastante disseminado por essa abordagem e bastante relacionado as ideias de Bruno Latour. Porém, a TAR não se restringe a esse conceito, e um dos responsáveis pela ampliação e desdobramentos de diversos conceitos é John Law. Um dos conceitos que esse autor ajudou a desenvolver e disseminar, através de trabalhos teóricos e empíricos, é o conceito de *enactment*. Através da discussão e apresentação de exemplos desses dois conceitos: um no campo da gestão, utilizando o conceito de translação, e outro relacionado à antropologia em que discute-se a noção de *enact*, pretende-se primeiro, apontar para o fato de que alguns autores ligados a Teoria Ator-Rede assumiram as críticas que foram atribuídas a abordagem de ser mecanicista e neutra, buscando rever e reconsiderar alguns conceitos e ,segundo, destacar que, um desses novos conceitos incorporados (*enactment*) ao trazer consigo as ideias de multiplicidade e fluidez, abre a possibilidade de pensarmos, para as nossas pesquisas, em especial na Administração, em qual noção de processo podemos trabalhar, procurando nos desvencilharmos da ideia de estágios e lidarmos com as incertezas das mudanças contínuas. Palavras-chaves: translação, *enactment*, processo, teoria ator-rede.

Teoria Ator-rede: críticas e desdobramentos

No Brasil, de maneira geral, nas pesquisas em Administração, a Teoria Ator-Rede (TAR) é associada especialmente às ideias do sociólogo francês Bruno Latour o que, conforme Cavalcanti e Alcadipani (2013) tem produzido uma repetição mecânica das análises feitas por este autor. Além disso, acaba-se por utilizar os conceitos mais “famosos e fundadores” desse autor, como não-humano, humano, rede, ator (ou actante), translação, entre outros; muitos deles relacionados a uma “forma de compreender e trabalhar com” a TAR que vem sendo bastante criticada.

As críticas feitas a TAR apontam que a abordagem seria demasiado mecânica e apolítica (LEE e BROWN, 1994; WHITTLE e SPICER, 2008) além de possuir uma neutralidade crítica de acordo com Reed (2000). Walsham (1997) aponta quatro críticas principais a respeito da TAR: análise limitada das estruturas sociais; postura amoral por negligenciar questões de cunho político e moral; falha ao considerar a distinção analítica entre humanos e não-humanos; e possíveis problemas a respeito de como seguir as entidades numa análise das redes. A suposta neutralidade política da TAR, apontada pelos críticos, está

¹ UFRGS

² UFRGS

bastante atrelada ao argumento de que, como um sistema totalizante e que busca perceber estabilizações numa rede por meio de sua noção de translação, não deixaria espaço para fazer aparecer diferenças ou produzir uma análise de como essas redes modificam-se e tornam-se outras (HINCHLIFFE et al., 2005).

Buscando superar essas críticas, alguns autores realizaram certas “torções” analíticas na TAR, atribuindo a determinados conceitos sentidos que não necessariamente foram originalmente concebidos por Bruno Latour (CAVALCANTI e ALCADIPANI, 2013). Em alguns casos, os conceitos foram, aos poucos, abandonados, outros incluídos, transformados, reconsiderados, revistos... um fluxo de mudanças fiel ao pressuposto da TAR de que as coisas/ os conceitos/ os objetos/ as características/a realidade, etc não são dados a priori ou uma instância absolutamente bem delimitada, estável e representável. Pelo contrário, o pesquisador deve estar atento ao processo instável, temporário, negociado, e nunca inteiramente manifestado (COOPER e LAW, 1995).

Uma dessas “torções” feitas foi com relação ao conceito de translação e a inclusão do conceito de enactment utilizada por John Law a partir de estudos feitos por Annemarie Mol. O ponto central da TAR, de acordo com Law (1992) seria a sua preocupação relativa a “como” atores e organizações mobilizam, sobrepõem e dão coesão à infinidade de pequenas peças que os compõem. Esse autor também entende que a TAR é uma “semiótica da materialidade”, uma vez que o aspecto relacional que caracteriza a existência dos objetos aproxima-se da abordagem semiótica pós-estruturalista, pois, segundo esta, um termo adquire sentido somente por meio das relações que ele estabelece em uma rede de significantes. (LAW, 1999b; 2007, LAW e URRY, 2002). Na semiótica da materialidade, segundo Law e Mol (2008, pág. 58), “a agência se liberta da intencionalidade, uma entidade torna-se um actante quando faz uma diferença perceptível”.

A partir disso, será discutido o conceito de translação e o conceito de *enactment*, e apresentado, para cada, exemplo de um estudo desenvolvido com base nesses conceitos: o primeiro extraído da pesquisa feita por Jackeline Amantino de Andrade (2006) que trabalha com a “translação” e o segundo extraído da pesquisa de John Law e Annemarie Mol (2008) para exemplificar o *enactment*. A proposta é, ao analisarmos ambos os conceitos – usando também exemplos – compreender que a escolha de um conceito como “*enactment*” traz consigo uma visão processual distinta da presente na translação. E que, embora não busque enfrentar diretamente todas as críticas, contribui para que a TAR não tenha uma visão neutra nem mecânica em suas análises e descrições.

A translação

A discussão inicia-se nos estudos sociais da ciência, realizados por Latour e Woolgar (1997), Knorr Cetina (1983), Law (1994) entre outros, nos quais o laboratório foi redescrito como uma prática sócio-material onde a realidade é transformada, onde se concebem novas formas de fazer a realidade. A partir disso, se estabelece uma crítica na qual a ideia de realidade “lá fora e objetiva” defendida pela Ciência - com C maiúsculo (LATOUR, 1994) pode ser contestada através da construção dos fatos científicos.

Se Latour e Woolgar (1997) nos mostram que o fato científico é construído, eles também mostram que a possibilidade de ser uma “construção social” está inserida em uma



IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

lógica dicotômica, pois esse “social” era, até então, considerado como o mundo político e cheio de artimanhas dos humanos (a sociedade) que tentam influenciar o mundo “objetivo” dos não-humanos (a natureza), o qual somente os cientistas acessam e são capazes de representar. Essa ideia faz parte da grande divisão entre natureza e sociedade (científico e social) que, segundo Latour (1994) foi instaurada na tentativa de marcarmos a modernidade.

Latour (2000) afirma, então, que a ciência está fundada sobre uma prática, e não sobre ideias. Em sua abordagem, a ação efetiva dos cientistas, em estreita combinação com os objetos com os quais interage, deixaria de ser vista como mero pano de fundo na produção dos fatos científicos para fazer parte do primeiro plano de observação e descrição dos pesquisadores. Para o autor, é preciso investigar como se dá o processo de “construção” dos fatos científicos, em seus mínimos detalhes, em cada gesto, em cada ação, dentro e fora do laboratório, com a mesma observação dedicada com que os antropólogos estudam os chamados povos “selvagens”, apontando assim, a construção social dos fatos e evidenciando o caráter heterogêneo das práticas científicas, nas quais não há separação entre o conteúdo científico e o contexto social. (LATOURE e WOOLGAR,1997)

A dupla hélice do DNA é um exemplo disso, muito explorado no livro *Ciência em ação* (LATOURE, 2000). Conforme descreve, por mais controversa que seja sua história, por mais complexo que seja seu funcionamento interno, por maior que seja a rede acadêmica para a sua implementação, quando alguém compara as sequências do ácido nucleico, já se parte da dupla hélice, como se nada antes houvesse. Isso também acontece quando nos referimos ao buraco na camada de ozônio decorrente da poluição de determinados gases ou mesmo quando nos referimos às influências do social sobre o comportamento de uma criança, parecendo existir um entendimento consensual. E é nesse momento que podemos chamar de “tudo o que acontece antes” de se formar a caixa-preta que Latour (2000) fala de “translação” (*translation* = tradução) fazendo a análise do processo de ordenação até chegar ao ponto em que não há mais contestações – está fechada a caixa-preta.

Com sua “antropologia das ciências”, Latour e Woolgar (1997) estavam interessados, em última instância, em estudar a produção da verdade nas sociedades contemporâneas. E para tal, tiveram como base o Princípio de Simetria Generalizada, no qual tanto a natureza quanto a sociedade deveriam ser explicadas a partir de um quadro comum geral de análise e interpretação. Desta forma, a natureza e a sociedade devem ser tratadas sob um mesmo plano e nunca separadamente, já que não há igualmente entre elas diferença em espécie. Não há, de antemão, o mundo das coisas em si de um lado e o mundo dos homens entre si de outro, pois ambos são efeitos de redes heterogêneas.

Com esse princípio, Latour (1994) propõe ainda ultrapassar a separação entre os homens e as coisas, entre os humanos e os “não humanos”, visto que uns só podem ser pensados em sua relação com outros. Conforme aponta Law (1992), quase todas nossas interações com outras pessoas são mediadas através de objetos, como telefone, internet, carta, microfone e mesmo nas relações mais íntimas.

Latour (2001) utiliza o termo não-humano para se referir aos microrganismos, materiais, equipamentos e artefatos de inscrição e armazenamento dos dados científicos, apontando que estes só podem ser pensados em suas relações com os humanos. Segundo a definição do autor, “esse conceito só significa alguma coisa na diferença entre o par ‘humano/não humano’. O par humano/não humano não constitui uma forma de ‘superar’ a

distinção sujeito/objeto, mas uma forma de ultrapassá-la completamente” (LATOUR, 2001, p. 352).

Tal como um jogo de *rugby*, a construção de fatos é um processo coletivo em que o objeto científico é transmitido de um ator para outro, com a diferença de que na prática científica a afirmação vai se constituindo e se transformando à medida que passa de mão em mão (LATOUR, 2000). Conforme o autor “todos os atores estão fazendo alguma coisa com a caixa-preta [...], eles não a transmitem pura e simplesmente, mas acrescentam elementos seus ao modificarem o argumento, fortalecê-lo e incorporá-lo em novos contextos” (LATOUR, 2000, pág. 171). Assim, o status de uma afirmação depende sempre das afirmações ulteriores, do que se faz depois com ela, ou seja, se ela é tornada mais fato ou ficção.

A tarefa dos cientistas de transformar uma alegação em um fato científico torna-se ainda mais complexa, dependendo da operação que Latour (2000) denominou de tradução (ou translação) que é a “interpretação dada pelos construtores de fatos aos seus interesses e aos das pessoas que eles alistam” (LATOUR, 2000, pág. 178), porém, o fato científico precisa manter certa unidade que o torne reconhecível. O social entendido como uma rede heterogênea de humanos e não-humanos é uma noção importante para compreendermos a translação.

Tudo isso contribui para a contestação da ideia de dicotomia entre natureza e sociedade (ciências naturais e ciências humanas) estabelecida pelos modernos, crítica na qual a Teoria Ator-rede (TAR) é fundada, propondo-se a ser relacional e orientada a processos. É a partir disso que as noções, discutidas neste texto, de translação e *enactment* devem ser compreendidas, sendo esse um ponto comum a ambas.

De acordo com Corcuff (1995) a noção de construção social baseia-se na ideia de que o mundo social constrói-se a partir das pré-construções passadas, as formas sociais passadas são reconstruídas e outras inventadas na prática e nas relações entre os atores, a herança passada e o trabalho cotidiano rasgam-se sobre um campo de possibilidades no futuro. E para escapar dessa noção, Latour (2000) usa a “translação” que é operada por atividades diferentes: estratégias concorrentes, provas de força, trabalho de mobilização e recrutamento, elaboração de dispositivos de empenhamento e de referências obrigatórias a fim de consolidar alianças e associações e a emergência de porta-vozes.

Sendo assim, a translação abandona o esquema binário de reprodução/mudança, segundo Corcuff (1995) e permite considerar práticas cotidianas que produzem estados mais ou menos estabilizados. E a estabilização é um ponto de chegada, embora não definitivo. A translação contribui, junto com a noção de rede, para sairmos da oposição micro/macro; da mesma forma que o conceito de *enactment*.

Para Latour (2000) transladar significa deslocar objetivos, interesses, dispositivos, seres humanos; isso implica desvio de rota, invenção de um elo que antes não existia e que de alguma maneira modifica os elementos envolvidos. As cadeias de translação referem-se ao trabalho pelo qual os atores modificam e deslocam seus vários e contraditórios interesses. Mas a operação de translação resulta em uma solução aparentemente contraditória por parte do cientista, pois ao mesmo tempo em que procura engajar³ outras pessoas para que elas

³ Engajar/ alistar e controlar – isso é necessário para construir a caixa-preta (um fato científico, uma verdade). E também é parte do processo de translação.

acreditem (e façam parte da) na caixa-preta, comprem-na e disseminem-na no tempo e no espaço, também precisa controlá-las para que aquilo que elas adotam e disseminam permaneça mais ou menos inalterado.

Além do significado linguístico de transposição de uma língua para outra, a noção de translação (*translation* = tradução) tem, no estudo desenvolvido por Latour (2000) um significado geométrico de transposição de um lugar para outro. Assim, “transladar interesses significa, ao mesmo tempo, oferecer novas interpretações desses interesses e canalizar as pessoas para direções diferentes [...] os resultados de tais translações são um movimento lento de um lugar para outro” (LATOURE, 2000, p.194).

A formalização dessa abordagem ganhou, num certo momento, o nome de Teoria Ator-Rede – TAR (ou Teoria do Ator- Rede ou Sociologia da Translação) incorporando vários outros pesquisadores. Callon (1986) apresenta um exemplo detalhado do que seria esse processo de translação: um processo no qual a identidade dos atores (actantes), a possibilidade de interação e as margens de manobra são negociadas e delimitadas, para que, em certo momento, algo seja pontuado como, por exemplo, conhecimento (conhecimento científico, conhecimento organizacional, organização) para que se feche a caixa-preta. (CALLON, 1986)

Em seu estudo sobre os *scallops* da Baía de St Brieuç, Callon (1986) descreveu quatro momentos da translação em que ocorreu simultaneamente a produção de conhecimento e construção de uma rede de relações na qual entidades naturais e sociais mutuamente controlavam quem eram e o que queriam. O primeiro momento foi o de “como se tornar indispensável” – a problematização – na qual Callon (1986) descreve como três pesquisadores, ao escreverem uma série de artigos após retornarem de uma viagem ao Japão, se estabilizaram como ponto de passagem obrigatória na rede de relações que eles constroem e interdefinem outros atores. A problematização descreve um sistema de alianças, ou associações entre entidades, definindo as identidades e o que querem.

O segundo momento, “*interessement*” (atração de interesses, “estar entre”), envolve “uma entidade que atrai uma segunda estando entre essa entidade e uma terceira” (Callon, 1986, pág. 203). Atrair outros atores significa forjar relações privilegiadas, um sistema de alianças entre eles e o tradutor através do convencimento deles em aceitar a definição de suas identidades e desejos pelo tradutor e pela exclusão de todas as outras definições.

O terceiro momento, “*enrolment*” (recrutamento, alistamento) que envolve colocar em ação os papéis definidos aos outros atores durante a fase de problematização. Para o sucesso da translação, é preciso ter a cooperação de outros atores e intermediários que devem desempenhar os papéis atribuídos a eles. (CALLON 1986). O quarto momento é a “mobilização”, no qual esses representantes se esforçam para convencer os outros membros da sua “capacidade de se eleger” e desempenhar os papéis a seu favor. Em qualquer etapa, atores e intermediários experienciam o deslocamento “*displacement*”, o movimento literal necessário para solidificar os atores-redes (cada ator é também uma rede) e tornar a translação um sucesso. (CALLON 1986, pág.208).

Embora, Callon (1986) tenha afirmado que a translação é um processo antes de um resultado e que, apesar de falar em momentos, na realidade estes nunca são tão distintos como quando o colocamos no papel e Law (1997) também tenha apontado que a translação é traição, uma vez que implica similaridades e diferenças; segundo Alcadipani e Tureta (2009)

a TAR e a sua noção de translação foi criticada de ser mecanicista, determinista e de não considerar as diferenças. A partir de então, um movimento de revisão e resposta dos principais autores da TAR a essas críticas faz surgir o que foi chamado de *Actor-Network Theory and After* - TAR e Depois - no final dos anos 90 (ALCADIPANI e TURETA, 2009).

Em um artigo de 1997, chamado “*On actor-network theory: a few clarifications*”, o Bruno Latour aponta quatro “pequenos” problemas com a Teoria Ator-Rede: a palavra teoria, a palavra ator, a palavra rede e o próprio hífen. Problemas esses também ligados ao entendimento prévio que temos dessas palavras utilizadas para expressar uma ideia, uma abordagem a qual não se refere a aplicação de um quadro de referência no qual podemos inserir os fatos e suas conexões, mas um caminho para seguir a construção e fabricação dos fatos, que teria a vantagem de poder produzir efeitos que não são obtidos por nenhuma teoria social, na visão de Latour (1997).

Para Latour (1997) a noção de rede remete a fluxos, circulações e alianças, nas quais os atores envolvidos interferem e sofrem interferências constantes. Uma rede seria, então, uma lógica de conexões, definidas por seus agenciamentos internos e não por seus limites externos. De uma forma geral, essa noção de rede é bastante similar à de rizoma, elaborada por Deleuze e Guattari (1995) como modelo de realização das multiplicidades, conforme o próprio autor. Na rede não há unidade, apenas agenciamentos; não há pontos fixos, apenas linhas. Nela, “não há informação, apenas transformação”, e essa é a sua principal característica. E é isso que Latour (2012) tenta explicar quando ele traz a noção de “articulação” para trabalhar junto com a noção de “translação”.

O par ator/rede, incluindo o hífen, é, para Latour (1997), insuficiente para dar conta da ação que se distribui em rede, dos processos de fabricação do mundo, por ser muitas vezes equivocadamente tomado como o par indivíduo-sociedade. O que está aqui sendo designado por “rede” refere-se muito mais ao modo de descrever esse movimento circulatório do que a caracterizar seus elementos. Como diz Latour (1997, s/p.), “a Teoria Ator-Rede é mais como o nome de um lápis ou pincel do que o nome de um objeto a ser desenhado ou pintado”. E com essa ideia o autor busca reelaborar alguns conceitos, como a translação, falando de “articulação”.

Partindo da abordagem da Teoria Ator-Rede, não descrevemos apenas os vínculos e alianças geradas mas, sobretudo, a análise dos efeitos produzidos por estes vínculos; descreve-se as negociações, os deslocamentos e transformações ocasionadas pelas ações dos mais diversos atores (actantes). Por isso, não se pode priorizar nenhum ponto de vista ou ator de antemão, mas acompanhar passo a passo a sua constituição, atentos aos efeitos produzidos pelas ações de cada um dos atores. Segundo a TAR, não há um ator do qual emana a fabricação do mundo, mas uma rede heterogênea de atores (humanos e não humanos) mais ou menos conectados ou articulados.

Para apreender o social, que não é um tipo específico de fenômeno ou um tipo de material ou ingrediente, tal como a madeira ou a argila, que se supõe diferir de outros; mas um movimento durante um processo de agregação, uma série de associações entre elementos heterogêneos, “um tipo de conexão entre coisas que não são, em si mesmas, sociais” (LATOUR, 2012, pág. 23), o pesquisador deve seguir os traços que vai disseminando (experimentalmente) quando uma nova associação se constitui. Identificar as articulações e os articuladores que tratam de conexões e circulação. (LATOUR, 2012, pág. 282).



As articulações apontam para o fato de que não há definição de qualidades a priori, “Um sujeito articulado é alguém que aprende a ser afetado pelos outros e não por si próprio – afetado, influenciado, posto em movimento. Articulação não é capacidade de falar com autoridade, mas ser afetado por diferenças.” (LATOURE, 2004, pág. 43)

Mesmo assim, a noção de rede sofre críticas, uma delas é feita pelo antropólogo Tim Ingold, que afirma que na noção de rede de Bruno Latour, toda a “relação” é entendida como conexão entre entidades (podendo ser humanas e não-humanas); as entidades são agregadas/montadas para fazer as coisas acontecerem, e essa relação não tem uma presença material na “rede”. Para Ingold (2008) a rede seria melhor compreendida como uma malha (a teia da aranha ao invés do rastro da formiga) que se estabelece a medida que nos movemos e “são como linhas nas quais eu vivo e conduzo minha percepção e ação no mundo” (INGOLD, p.211, 2008);

Para Ingold (2008) a rede não conecta nada, pois não é uma entidade; para ele o mundo não é um agregado de heterogêneos, mas um emaranhado de fios e caminhos, uma “malha” (*meshwork* ao invés de *network*), a ação não é resultado de uma agência distribuída na rede, mas emerge de uma “ação combinada – *interpaly*” de forças conduzidas ao longo da malha.

Para a TAR, a translação tem a ver com o processo de ordenamento ou estabilização de um conjunto de elementos que, de outra forma, iriam funcionar de uma maneira desagregada entre si. Sem o poder ordenador da translação, os elementos podem evoluir em toda e qualquer direção. Porém, a noção de “articulação” vem para quebrar a ideia de “sequência mecânica” que a translação acabou se fixando, embora a noção de translação permaneça ligada a um mecanismo pelo qual o mundo social e o natural progressivamente tomam forma. O resultado é uma situação na qual certas entidades controlam outras. Entretanto esse esforço de definir e controlar os outros pode não ser bem sucedido, de acordo com Callon (1986), e é nesse ponto que, a meu ver, o “*enactment*” difere da “*translation*”, mesmo depois de incluída a noção de *articulation*.

Exemplo de estudo com a noção de translação.

Para analisar a formação da política pública de erradicação do trabalho infantil no Brasil, Andrade (2006) lança mão da teoria ator-rede “com vistas a desvelar os ‘comos’ e os ‘porquês’ da realidade social, para decifrar os significados que os atores atribuem para as suas ações lhes posicionando no mundo.” (ANDRADE, 2006, pág. 58). Assim, a autora “seguiu” os diferentes atores (estatais e não-estatais) por meio de suas translações que ocorreram através de suas estratégias discursivas e acompanhando a trajetória dos atores para contabilizar um longa lista de aliados e recursos que transformavam associações fracas em fortes na construção de redes como realizações práticas da referida política pública.

Além da utilização da técnica de análise crítica do discurso, “procurou-se compreender como o discurso construía as redes por entre as translações dos atores formando a política a partir da identificação de relações intertextuais manifestas ou constitutivas (hegemônicas)” (ANDRADE, 2006, pág. 59).

A análise inicia a partir da década de 1990, na qual começou a desenvolver toda uma série de iniciativas internacionais sobre as questões sociais da globalização e se enfatizou



IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

muito mais a necessidade de ter um patamar mínimo de condições de trabalho, de regras de mercado de trabalho que pudessem viabilizar de forma continuada e sustentável o processo de unificação do comércio e da integração econômica. Momento que o trabalho infantil passa a ser reconhecido como intolerável.

Porém, segundo Andrade (2006, pág. 60) “Os atores internacionais não têm meios nem forças para gerar associações de forma a transladar essa estratégia discursiva no âmbito nacional”. No Brasil, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é aprovado depois de uma forte mobilização da sociedade e passa a ser o ator-rede que congrega uma associação que mobiliza diversas organizações envolvidas com os direitos de crianças e adolescente como, por exemplo, a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), a Pastoral da Criança, a Fundação Abriq pelos Direitos da Criança (FUNDABRINQ), o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), entre outros. (ANDRADE, 2006).

De acordo com a autora, para transladar com os outros atores no contexto nacional, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) acaba por minimizar a sua postura mais normativa de padrões trabalhistas e se rende ao ativismo do campo da criança e do adolescente associando-se ao UNICEF, e os demais atores. “Está aí uma estabilidade parcial, uma rede que profere como estratégia discursiva para a sua ordenação: a luta contra o trabalho ao trabalho infantil no Brasil. Mas, é preciso agregar novos aliados.” (ANDRADE, 2006, pág. 60)

A rede passa então a transladar sua ordenação a partir de estratégia discursiva da responsabilização, segundo Andrade (2006). A ideia é responsabilizar a todos pela retirada das crianças e dos adolescentes do trabalho e colocá-los na escola. Para isso é incentivado o compromisso empresarial que é transladado numa certificação – muito própria ao seu universo simbólico – o selo ‘empresa amiga da criança’ – e assim a rede translada significados. Esse posicionamento no campo do trabalho dá força aos atores normativos como a OIT e o MTE para transladar a aplicação de padrões trabalhista expressos pela Convenção 138, que interdita o trabalho antes dos 15 anos de idade. Dessa forma, a estratégia discursiva de responsabilização da rede é translada sob dois contextos discursivos, o dos direitos da criança e do adolescente e o dos padrões trabalhistas. (ANDRADE, 2006)

O estudo aponta que embora existam três atores com discursos distintos - um discurso mais econômico do Banco Mundial e um discurso mais social, como o do UNICEF, mesmo que assistencialistas, e o meio termo da OIT, há uma estratégia discursiva que começam a ser fortemente transladada por esses atores: é preciso enfrentar o trabalho infantil na suas piores formas. Nesse momento, de acordo com Andrade (2006) os conteúdos transladados no contexto internacional adentram facilmente o contexto nacional.

Porém, a autora afirma que a translação do enfrentamento feita pelo governo federal é ainda fraca, pois falta uma associação com as organizações da sociedade na construção dessa estratégia discursiva para alistar aliados locais. A estratégia discursiva do enfrentamento passa a ser fortemente transladada pela rede dentro dos contextos discursivos que contemplam os direitos da criança e do adolescente, padrões trabalhistas e a pobreza.

No ano de 2000 o governo federal responde àquilo que é transladado pelos atores internacionais e ratifica a Convenção 182, bem como a Convenção 138; entretanto, o governo federal ao querer estar próximo da ordem discursiva mundial não compreende aquilo que é

transladado pelas organizações internacionais e também não incorpora para si uma significação que começa a se tornar hegemônica na rede de integrar o combate ao trabalho infantil pela retirada de crianças e adolescentes das piores formas juntamente com uma política de educação e uma política combate à pobreza (ANDRADE, 2006)

Andrade (2006) afirma que a rede começa então a transladar uma nova estratégia discursiva que fala em integração, mas agora focalizado em integrar políticas setoriais: assistência social e educação; elegendo o local, os municípios, como o lugar mais propício. E assim, segundo a autora, é iniciado um novo ciclo na mobilização dos atores para transladar esse novo sentido de integração. Eles se associam e ordenam suas peças técnicas e sociais no contínuo processar dessa rede para gerar translações e dar uma materialidade para a política de erradicação do trabalho infantil no Brasil.

Para concluir seu artigo, Andrade (2006) destaca que a rede de erradicação do trabalho infantil brasileira continua a sua ordenação transladando as suas estratégias discursivas e se formando ao longo da história, porém a autora escolhe um determinado momento para encerrar sua narrativa e conclui que a ação foi assim inscrita pela translação de atores, oriundos e atuantes em diferentes escalas de interesse, que em suas associações, geraram estratégias discursivas para produzir uma ordem sempre parcialmente estabilizada na contínua construção de cadeias de mediação para persuadir e aliciar mais aliados e congregá-los no combate ao trabalho infantil. (ANDRADE, 2006)

A forma como é trabalhado o conceito de translação é de atribuição de significados e também de transposição de um local para outro, mesmo que o estudo considere as modificações e ajustes necessários para tal. Translação também aparece como uma espécie de associação entre entidades, que podem ser de um nível macro (internacional) para um nível micro (nacional) ou vice-versa; além disso, uma translação pode ser fraca ou forte. O que remete ao entendimento que de “transladar” é “por em prática algo que foi criado em discurso”. Nesse sentido, transladar também é espalhar e fazer agir, não apenas comunicar a estratégia, mas também fazer com que se torne uma ação efetiva e para que isso se torne possível, a rede é um elemento bastante importante na análise. A rede é uma entidade formada por diversos atores e que exerce uma ação, que é a ação de “translação” de estratégias – ação de criar e espalhar a estratégia previamente formulada. Vejamos agora como trabalha o conceito de enactment.

O enactment

John Law é um autor que contribuiu bastante para os desdobramentos que a TAR vem sofrendo nos últimos anos, pois nunca deixou de pensar criticamente a respeito dessa abordagem, realizando revisões e ressalvas, além de pequenas torções analíticas que possivelmente deram novos sentidos a importantes conceitos da TAR, como foi o caso do conceito de translação. Para esse autor, a TAR fornece uma base ontológica e metodológica que busca acolher a complexidade e permite tratar de uma gama extremamente variada de temas na análise processual das organizações (CAVALCANTI e ALCADIPANI, 2013)

O conceito de translação foi um dos que tiveram a atenção desse autor. Law (1992) argumenta, a respeito da visão de que o conceito de translação é uma reificação aplicável a qualquer situação, que existe a possibilidade de atribuímos algumas estratégias gerais às

translações, mas que, no entanto, estas são destinadas a "[...] se ramificarem por e reproduzem-se em uma série de situações ou localizações de redes" (LAW, 1992, p. 388). Descobrir como elas funcionam é, portanto, uma questão empírica e não uma pressuposição e/ou reificação teórica. Outra questão envolvida no problema de transformar acontecimentos em dados diz respeito ao próprio sistema de *translação* envolvido nesse processo, que não oferece garantias de fidedignidade ao acontecimento, uma vez que "Translação é traição" é tornar equivalente e também trocar; é mover termos, liga-los e mudá-los (LAW, 1997)

De acordo com Law (2007) a TAR descreve o enactar de relações materialmente e discursivamente heterogêneas que produzem e remodelam todos os tipos de actantes. Nada tem realidade ou forma fora do enactar das relações – que enacta a sua própria existência (*enact into being*). A TAR é descritiva, ao invés de fundada em termos explicativos, conta histórias sobre como as relações se formam ou não, está sensível as práticas bagunçadas de materialidade e relacionalidade do mundo, e, além disso, a TAR é uma abordagem múltipla (LAW, 2007). Por isso o autor entende que seria melhor falar em "semiótica material" do que em TAR.

Para essa semiótica material, a performatividade é essencial, pois seu pressuposto é de que para compreendermos e conhecer algo nós precisamos traçar como as redes de materiais heterogêneos e práticas sociais performam. Outro ponto importante é tratar da multiplicidade do que é performado; nesse ponto, Law (2007) admite que quando a TAR fala em translação se entende que a translação gera uma única rede coordenada e uma única realidade, mesmo se admitindo que seja momentânea. O que temos, então, é um *patchwork* de realidades enactadas de maneiras diferentes – múltiplas realidades (LAW, 2007).

E como essas realidades se relacionam? A resposta precisa incluir a fluidez, de acordo com o autor. Existem múltiplas formas de organizar, múltiplas realidades que são irreduzíveis umas as outras, mas se mantêm juntas porque fluem umas às outras. E não há inocência, melhores ou piores realidades são enactadas. E não há lugar para se esconder para além da performatividade das redes (LAW, 2007, pág. 16), então, nós também fazemos realidades e só nos resta uma pergunta: que tipo de diferença nós queremos fazer? Uma vez que abordagens metodológicas "criam" realidades e, assim, estão diretamente envolvidas no processo de criação do real, pressupõe-se que métodos são imediatamente políticos, o que faz da TAR um esforço para a compreensão de objetos fluidos e mutantes e das realidades múltiplas (CAVALCANTI e ALCADIPANI, 2013).

De acordo com Mol (2002) para falarmos daquilo que é feito – do objeto (de estudo) que é feito, da doença ⁴que é feita – poderíamos usar a metáfora do teatro e dizer que o objeto é performado, porém, surge aí a conotação de que existe um bastidor (algo por trás) onde a realidade real está escondida e sugere que o que é feito, aqui e agora, teria efeitos para além desse momento. Entretanto, a autora não quer carregar esse entendimento e, por isso, escolhe uma palavra sem tanta bagagem acadêmica: *enact*. Que sugere que atividades acontecem, mas deixa os atores (actantes) vagos. O que nos remete ao fluxo, ao processo que não se interrompe, que precisa ser sempre feito (MOL, 2002).

⁴ A maioria dos exemplos dados por Annemarie Mol estão relacionados a medicina por ser um campo de estudo ao qual a autora se dedica.



IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

Em inglês, *'enactment'* está próximo de *'performance'* e em diversos textos (redigidos na língua inglesa) utilizados como base para esse texto, os dois termos são usados alternadamente e como sinônimos. A decisão pela escolha do termo *"enact"* aparece, então em Mol (2002), para se desvencilhar de algumas conotações alimentadas pela extensiva utilização do vocabulário da performance nas ciências sociais da virada do século. O termo *'enact'* é de complicada tradução para o português, uma vez que é difícil cobrir todas as acepções existentes na palavra inglesa.

A diferença entre "construção" e "enactar" (em inglês *construction* e *enactment*) é explicitada por Law (2004). O termo construção refere-se à ideia de que um objeto, mesmo um sujeito, não possui uma identidade fixa ou dada, porém gradualmente se tornará, ou seja, depois de construídos os objetos estarão estabilizados, embora possam ser destruídos e reconstruídos. Enactar, entretanto, para o autor, não se refere apenas a algo que foi feito, mas que possui poderosas consequências produtivas, que faz e ajuda a fazer realidades; é participar da contínua prática de artesanato (*crafting*); o enactar e a prática nunca param e as realidades dependem de seu contínuo artesanato – uma combinação de pessoas, técnicas, textos, arranjos, fenômenos naturais, que são todos enactados também (LAW, 2004). Mol (2002, pág. 44) entende que "se algo é real esse algo é enactado", desta forma, não se pode falar de uma solidez reificada ou de um encerramento. Se as coisas parecem sólidas, prévias, independentes, definidas e únicas é porque talvez estejam sendo enactadas, e re-enactadas nas práticas que são contínuas e múltiplas. (LAW, 2004).

Isso fornece aos nossos objetos de estudo, de acordo com Mol (2002, pág. 43), "um presente complexo", um presente no qual suas identidades são frágeis e podem ser diferentes entre os diferentes locais. Conforme Law (2004) essa ideia não se refere a distintas representações, mas a multiplicidade. E para compreender a multiplicidade é preciso estar atento ao "trabalho de artesanato" implícito na prática. Entretanto, Mol (2002) chama atenção para não sermos capturados pela enganosa situação de explicarmos a realidade pelas práticas e crenças; realidades são produzidas nas/em práticas; são produzidas e existem nas relações.

De acordo com Law (2004) muitas práticas, e as realidades que elas enactam, são paralelas, alternativas, colaterais, são fluxos de atividades que não andam juntos; práticas diferentes produzem objetos diferentes e não versões conflituosas do mesmo objeto; práticas também podem criar objetos compostos e podem ser localizadas em locais diferentes. Para o autor, se queremos tratar de práticas, vamos descobrir a multiplicidade. Multiplicidade, não pluralismo, pois não se trata de uma realidade fragmentada, mas implica em diferentes realidades sobrepostas e interferindo uma na outra. (LAW, 2004)

Mol (2002) propõe um retorno à realidade, tal qual ela é enactada na prática, em suas praticidades, materialidades e associações. Como há diversas formas de enactar a doença, por exemplo, há também várias doenças; múltiplas realidades. Para a autora, o conhecimento participa da realidade, não sendo exterior a ela – como uma afirmação sobre a verdadeira realidade - por isso, ao invés de representarmos objetos previamente dados, compreendemos suas relações, processo que envolve transformações e interferências.

Realidades são enactadas nas práticas. Diferentes "objetos" são enactados em diferentes práticas, embora recebam o mesmo nome. Focando nas práticas, ao invés de grupos, pessoas ou coisas, evita-se assumir que há uma ordem fundamentadora prévia. As

práticas geram as ordens – os ordenamentos, os conhecimentos – que se tornam um efeito performativo, constitutivo e relacional das práticas. (LAW e LIEN, 2013)

Desta forma, não se quer explicar porque as diferenças surgem dentro de um único fundamento cosmológico, mas se está olhando para quais objetos tornam-se (surgem) em relacionais, múltiplos, fluidos e mais ou menos não-ordenados e indeterminados grupos de práticas provisionais e específicas. A ontologia passa, então a ser separada de suposições sobre um único e ordenado cosmos, passa a ser política de acordo com Mol (1999)

A multiplicidade mostra que diferentes conhecimentos são enactados em diferentes práticas e o ordenamento dessas práticas é uma coreografia precária e incerta, que enactam as diferenças, as separações e as qualidades que os definem cada humano e não-humano envolvido. (LAW e LIEN, 2013)

Assim, não haveria, então, por exemplo, um conhecimento organizacional atrás das práticas. Práticas são feitas e refeitas – como em uma coreografia. A coreografia precisa ser sustentada e não há ordenamento de base por trás que evite o caos. Um objeto, como o conhecimento organizacional, torna-se um efeito das coreografias que mudam. Muda de forma entre práticas, é fluido e essa fluidez é essencial para a sobrevivência. (LAW e LIEN, 2013)

Como a flor e a erva daninha, uma implica outra. Essas relações são feitas nas práticas. E na multiplicidade, sempre vai haver um “outro” – *otherness*⁵ – ex.: peixe sadios e peixes não-sadios, um implica outro. Existem práticas que separam – não é uma única prática. Essa alteridade/*otherness* é o jogo que os objetos topologicamente múltiplos fazem (LAW e SINGLETON, 2005) e não estamos falando de translações que fracassam aqui. Pode-se, então, pensar em “por que não dizer que as translações não fracassam ao invés de usar outra noção – *enactment*?”. A resposta pode estar no entendimento da multiplicidade- da realidade múltipla – e do processo que a fluidez impõe, ao invés da divisão entre sucesso e fracasso.

A coreografia pode ser algo ensaiado, mas também improvisado e alterado durante a execução. Pode-se ensaiar mil vezes, sempre existe a possibilidade de não sair conforme combinado. E se usarmos a comparação com a dança, mesmo que os bailarinos façam exatamente igual ao ensaio, no momento da apresentação, pelo fato de existir um público assistindo, já não é igual ao ensaio. Porém, isso não é fracasso. Uma prática é compreendida como uma coreografia que tece as relações e enacta objetos - enacta actantes; se pensarmos de maneira ontológica-empírica, descobriremos diferenças e multiplicidade, já que as coreografias são incertas. (LAW e LIEN, 2013).

Enactar possibilita tratar de diferenças e multiplicidades que acontecem “no durante e no depois e no processo”, mas não somente, enquanto que a translação pode tratar de fracasso. Além disso, na translação existe um resultado que pode ser um movimento, mas que, porém não é mais translação; já na noção de *enactment*, a ideia de processo contínuo, fluído e ininterrupto é mais “forte” e presente.

⁵ Otherness: qualidade ou estado de ser outro ou diferente. Na sociologia a ideia de otherness é central na análise de como as identidades majoritárias e as minoritárias são construídas. (fonte: <http://othersociologist.com/otherness-resources/>)

Na TAR, como usualmente tratada (antes de ser pensada como TAR e Depois) se dá atenção a uma realidade escolhida, suas lutas, seus sucessos e fracassos, embora jogando para baixo a multiplicação de seus “outros” sombrios. A preocupação é mostrar que o que está aí - o que deu certo - que é um efeito de práticas mais ou menos precárias, de relações contingentes e heterogêneas, do que produtos ou expressões de um fundamento ordenador geral. Porém, o preço disso segundo Law e Lien (2013) é participar dos processos predominantes do “*othering*” (da alteridade/ *otherness*) e perder de vista o não-visto e o anômalo das práticas generativas.

Olhar não apenas para as ontologias enactadas, mas para suas terras sombrias de alteridade, que sustenta o processo, e faz formar o coletivo. Se algo existe, é enactado, é porque um “outro” (alteridade/ *otherness*) também é enactado. Um implica o outro. Um é, o outro não é muito (é quase)... todos participam do processo... Não é o fracasso da translação, mas a multiplicidade do objeto enactado (LAW e LIEN, 2013).

Para Law (2004) o mundo é complexo e confuso, então, algumas vezes, teremos que desistir de simplicidades. E se nós queremos pensar sobre “as bagunças” da realidade então nós precisamos ensinar a nós mesmos a pensar, a praticar, a relatar, e conhecer de novas formas, usando métodos não usuais ou não conhecidos nas ciências sociais. Conhecer através do paladar, do desconforto, da dor, através das emoções privadas que nos abre um mundo de sensibilidades, de paixão, intuição, medos e traições, são algumas formas (LAW, 2004).

Exemplo de estudo com a noção de enactment.

Através da semiótica material, Law e Mol (2008) discutem a noção de actante-enactado (*actor-enacted*) e afirmam que entidades dão umas as outras suas existências, elas enactam umas as outras. Um actante não age sozinho; agir e ser encatado vão juntos; além disso um actante-enactado não está no controle, agir não é controlar.

A partir de um estudo realizado sobre “ovelhas” na Inglaterra, a discussão busca contribuir para desfazer uma característica comum do dualismo agência-estrutura que é a distinção entre controle e ser controlado, “uma ovelha exerce controle? Ou ela é simplesmente levada? A resposta, de acordo com o estudo, não cabe nessa divisão.” (LAW e MOL, 2008, pág. 57).

Em 2001, uma grave doença viral atingiu os rebanhos do Reino Unido o que exigiu uma política severa do governo para erradicar a doença através do extermínio das ovelhas, pois matando os animais, matariam o vírus. A ovelha que aparece no estudo de Law e Mol (2008) está na encruzilhada de diversas práticas, na qual cada uma enata a ovelha de forma diferente e enata uma ovelha diferente. O estudo nos apresenta 4 (quatro) versões de ovelhas.

A ovelha do veterinário é um hospedeiro potencial para a doença (chamada de FMD – foot and mouth disease), entretanto, era difícil de saber se a ovelha estava infectada ou não, uma vez que dependia também da atenção do fazendeiro, embora ambos, veterinário e fazendeiro, pudessem examinar a ovelha e não encontrar nada de estranho. A FMD é difícil de diagnosticar, pois os sintomas se assemelham aos de outras doenças. Sendo assim, na prática veterinária, o teste de laboratório é de extrema importância, porém, demora 4 dias para ficar pronto. Existe um teste mais rápido, mas pouco confiável. Entretanto, naquele momento da doença, em que a disseminação estava sendo muito rápida, a prática veterinária se restringiu a

inspeção clínica e quando havia suspeita de infecção, o abate do animal era imediatamente ordenado pelo veterinário. Embora existissem duas formas de diagnosticar a doença, clínica e a laboratorial, que, entretanto não levavam necessariamente a mesma conclusão (LAW e MOL, 2008).

Na epidemiologia a ovelha era enactada diferentemente, como um conjunto localizado geograficamente, e a probabilidade de infecção era dada a distância, com um cálculo que envolvia uma série de heterogeneidades: animais suscetíveis a infecção, duração do período de infecção, número de animais, tamanho da fazenda e até dados meteorológicos. A política governamental era, então, de que, toda ovelha dentro de um limite de 3 km de onde havia premissas de infecção poderiam ser exterminadas, pois os cálculos prediziam que havia um risco considerável de infecção naquela área. Para essas ovelhas, o extermínio viria sem diagnóstico laboratorial e muito menos clínico, tornando a prática veterinária irrelevante. (LAW e MOL, 2008)

Haviam questões econômicas também envolvidas, de acordo com Law e Mol (2008) a compra e a venda de ovelhas, mesmo sadias, foram diminuídas devido a restrição de movimentação (nenhum transporte de ovelhas poderia ser feita sem licença), com isso o preço de mercado caiu e os fazendeiros, depois de muitos anos, tiveram problemas econômicos. O governo britânico instituiu, então, uma compensação em dinheiro por cada ovelha exterminada, o que foi de extrema importância para o *enactment* econômico da ovelha em março de 2001 no Reino Unido, fazendo com que, se a ovelha fosse enactada economicamente, o abate da mesma pudesse ser considerado algo bom (LAW e MOL, 2008).

Porém, em uma fazenda, uma ovelha não é enactada como um indivíduo único com um valor econômico, mas é também um membro de um rebanho, e isso, conforme Law e Mol (2008) altera totalmente as condições para o extermínio, pois existe uma espécie de orgulho na história da criação de rebanhos que envolve relações duradouras de cuidado. Uma das práticas da fazenda é tomar conta do rebanho e esse cuidado é inseparável da geografia, da topografia e da meteorologia, como por exemplo, subir e descer os vales da região. Mas em março de 2001, os rebanhos não podiam ser deslocados e com isso não havia pasto suficiente o que prejudicava também a saúde do rebanho. As práticas da fazenda enactavam as ovelhas como animais ligados ao lugar, ao tempo, ao sexo e a idade. O rebanho tinha mais valor do que um único indivíduo (LAW e MOL, 2008).

Com tudo isso, Law e Mol (2008) encontraram uma ovelha múltipla, pois em cada prática uma ovelha era “escorregadiamente” enactada diferentemente. E essa multiplicidade não é pluralidade, pois existem complexas e intrincadas relações entre as várias versões da ovelha, nas quais umas incluem e excluem as outras – o rebanho da fazenda requer cuidado, enquanto que a ovelha enactada como uma entidade econômica tem mais valor morta do que viva; cálculos econômicos e epidemiológicos aparecem em planilhas similares e ambos são levados em consideração para a política governamental.

Law e Mol (2008) afirmam que a ovelha é enactada de diferentes formas, é múltipla, mas que também estão juntas; entretanto, dizer que “são enactadas” não significa que sejam passivas. A ovelha enactada também age e sendo enactada em diferentes formas, também age em diferentes formas. Agir e ser enactado estão juntos e, dessa forma, a ação pode ser vista como um evento fluído e pouco tem relação com estar no controle. “para fazer diferença, uma ovelha não precisa ser uma estrategista” (LAW e MOL, 2008, pág. 58).



No caso da ovelha da prática veterinária, o fato de ser difícil de estabelecer se uma ovelha está hospedando o vírus ou não é resultado de várias ações reunidas – a doença, os fazendeiros, os veterinários e a ovelha, todos fazem diferença no resultado e atribuir todas as agências a um único ator é perder o ponto (LAW e MOL, 2008).

No modelo epidemiológico, as ovelhas não agem sozinhas, elas precisam de alguém para leva-las até o local onde são feitos os cálculos, ou não. Para os fazendeiros a política de extermínio era exagerada e desnecessária e por isso, muitos deles, passaram a esconder seus rebanhos e evitar contato com os oficiais do governo. Aqui as ovelhas agiam através de outros e assim, não eram consideradas em alguns cálculos. (LAW e MOL, 2008).

Economicamente enactada, a ovelha tem um preço, que não depende somente da ovelha, mas do mercado. Em março de 2001, muitos atores/fatores faziam parte da rede: consumidores, regulação internacional, política europeia, taxas de cambio e os abates; não se trata de dizer que esses fatores determinam o preço, mas que as práticas fluem umas nas outras de formas imprevisíveis. Naquele momento, uma carcaça tinha valor no mercado.

A prática das fazendas ainda enactavam as ovelhas como animais que precisavam de cuidados. Eles afirmavam que um rebanho precisava de no mínimo 5 (cinco) anos para se tornar conhecido o suficiente, e se reconhecer, para se manter a salvo. E, além disso, a própria paisagem do local na qual os rebanhos eram mantidos e cuidados fazia parte do imaginário romântico inglês que estava sob ameaça no ano de 2001.

Law e Mol (2008) afirmam então que para falar da ovelha, foi preciso não somente localizá-la na Inglaterra, na cidade de Cumbria, em março de 2001, mas que diversas práticas tiveram de ser examinadas e para conhecermos o que é uma ovelha, essas práticas precisam ser exploradas; e foram exploradas algumas, poderiam ter tratado de infinitas práticas, pois a realidade de uma entidade é infinita como um fractal: se você magnetizar um fragmento, você descobre uma imagem tão complexa quanto a primeira e assim ocorre com qualquer fragmento.

Então, uma ovelha enactada não existe por si só e nem age sozinha, a ação se move como um fluido viscoso, e isso não é dizer que o ator-enactado é determinado pelo ambiente, pois o enactar e o agir estão cheios de surpresas, a diferença que um actante faz é imprevisível, o que um ator-enactado faz é indeterminado, uma vez que é complexo. Coisas boas e más acontecem, estão misturadas e são ambivalentes. (LAW e MOL, 2008).

Para Law e Mol (2008, pág. 74) “um ator é um momento de indeterminação que gera eventos e situações [...] mais interessante do que o fato de que as coisas podem agir é o que elas fazem [...] o ponto não é quem/o que está agindo, mas o que está acontecendo, o que os atores fazem e o quanto são criativos? [...] de onde vem esse rastro e para onde nos leva”.

O que o estudo busca destacar é que não se trata de uma sequencia de ações, mas de que o “agir e o tornar-se” estão se constituindo o tempo todo de diversas formas diferentes, mas que fluem umas as outras. Embora ainda use o termo “rede”, a noção se aproxima mais da teia de Ingold (2008) que enacta relações e actantes e que se constitui a medida que a ação acontece. A tentativa é de não somente escapar da noção de fracasso no controle das entidades, que a translação apresenta, mas de trabalhar no incerto, no complexo e no múltiplo e de destacar que as coisas podem ser de outra forma.

Abrindo possibilidades

As noções apresentadas de translação e *enactment* partem de uma ontologia básica processual, que é a relação, porém existem diferenças que precisam ser consideradas, e o pesquisador precisa realizar suas escolhas. São noções norteadoras que possibilitam trabalhar com as relações e com a lógica processual, de formas distintas. Noções norteadoras, norteiam, mas não fecham e nem definem as possibilidades. Para a TAR não há um tipo preferível de agregados sociais, existem incontáveis mediadores... (LATOURE, 2012).

Entretanto, para compreendermos o “*enactment*” é preciso passar pela “translação”, pois ela abre a discussão da noção de processo, embora o “processo” seja interpretado como uma sequência de sucessivos estágios ou fases estruturadas sequencialmente; é entendido como algo complexo, como uma unidade de distintas fases ou estágios – agora isso, agora aquilo; uma complexidade que possui certa coerência temporal e de unidade; além disso, o processo tem uma estrutura, um formato genérico formal e, em virtude deste aspecto, todo processo concreto é equipado com alguma forma. (SEIBT, 2012).

O conceito de translação busca enfatizar a compreensão de como as redes de relações e os objetos tornam-se “estáveis”, sem levar em conta, conseqüentemente, uma série de outros arranjos, como elas se modificam, por exemplo, e também a alteridade. O enactar busca compreender como as coisas fazem e são feitas. Dizer que algo é enactado é não dizer nada, é preciso mostrar o “como” e “o que” está acontecendo. Enactar trabalha junto com a multiplicidade e a fluidez e isso tudo tem relação com outra ideia de processo, na qual, de acordo com Rescher (1996, pág. 02) “o processo tem primazia sobre as coisas”, isto é, a substância é subordinada ao processo: as coisas são simplesmente constelações de processos; “o processo tem prioridade sobre a substância”. As coisas estão sempre subordinadas ao processo porque o processo engendra, determina e caracteriza o que existem. (RESCHER, 1996).

Assim, quando escrevemos sobre enactar, não se trata de querer capturar o momento mais exato ou ser o mais fiel a realidade exatamente como ela ocorre, mas de ter como pressuposto a ideia de processo e compreender que enactar tem a ver com o tornar-se ao mesmo que tempo que outros tornam-se (*otherness*). E nesse ponto, a noção de *enactment* parece trabalhar justamente nessa possibilidade de “dar certo e não dar certo”... e talvez aponte para o fato de que não se trata de dar certo ou não, mas se trata da “produção” de realidades múltiplas, situação que a “translação” não dá conta

Essa noção de processo, que ainda precisa de uma discussão futura mais aprofundada para além deste texto, está embasada na Filosofia do Processo, que é um empreendimento na metafísica (teoria geral da realidade - preocupação com o que existe no mundo e com os termos de referencia na qual essa realidade é entendida e explicada) e que coloca o “processo” em primeiro plano das preocupações filosóficas e, especificamente, as preocupações ontológicas. (SEIBT, 2012)

Se a abordagem da metafísica do processo evidencia a mudança, o fluxo e a novidade, deste ponto de vista, a ciência não pode ser concebida como um corpo de teorias a respeito da natureza. O que de fato interessa não são as teorias, mas o procedimento dos cientistas para a sua construção (RESCHER, 1996). Essa é a mesma ideia base que Latour e Woolgar (1997) e Latour (2000) apresentam ao descreverem a construção de fatos científicos, um dos pontos de partida para que futuramente fosse assumida a noção de “translação” ao invés de “construção”

e, posterior ainda do conceito de “translação” sofrer diversas críticas por caracterizar algo um tanto mecânico, a noção de “*enact*” passou a ser utilizada por Law e Urry (2002), Mol (2002), Law e Mol (2004).

Os filósofos do processo ao contrário de analisar “o que existe, o que há” e a “existência eternalista”, analisam o “tornar-se” e “o que está ocorrendo” assim como “as formas de estar ocorrendo”, da mesma maneira como se propõe a noção de “*enactment*”. O que é central, apesar das diferenças entre os filósofos do processo, é a noção de uma entidade básica que é individualizada em termos de “fazer” (em inglês *does*) que é denominada “processo” (RESCHER, 1996).

A existência é compreendida em termos de “processo” do que de “coisas”, em termos de mudança, ao invés de estabilidades fixas. Mudanças, de todos os tipos, é a característica universal e predominante do real, o que existe não é apenas originado ou sustentado por processos, mas continuamente e inexoravelmente caracterizado por eles. A existência (o ser) é dinâmica e tudo o que é sobre a realidade está continuamente “sendo e tornando-se”, porém, os filósofos do processo não negam que há aspectos da realidade temporariamente estáveis e recorrentes. (SEIBT, 2012)

Desta forma, problematizar um objeto de estudo frente aos pressupostos apresentados e a escolha de noções norteadoras, como o “*enactment*” traz a possibilidade de reconhecer que as ordens estabelecidas não são inevitáveis e podem ser de outras maneiras. Isso está de acordo com o desenvolvimento proposto pela abordagem da TAR e Depois (HASSARD e LAW, 1999) de incluir discussões de cunho mais crítico. E assim também, como apontado por Cavalcanti e Alcadipani (2013), no que diz respeito aos Estudos Organizacionais, olhar a organização como processo ressalta que é por meio de sua fluidez e plasticidade que a organização melhor exerce poder e adquire robustez. A noção de *enactment* pode nos ajudar a lidar com as incertezas da abordagem processual.

Referencias Bibliográficas

- ALCADIPANI, Rafael; TURETA, Cesar. Teoria ator-rede e estudos críticos em Administração: possibilidades de um diálogo. **Cadernos EBAPE**, v. 7, nº 3, p. 406-418, 2009.
- ANDRADE, Jackeline Amantino. Redes de Atores: uma nova forma de gestão das políticas públicas no Brasil? **Gestão e Regionalidade**, nº64, Maio/Agosto, p.52-66, 2006.
- CALLON, M. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay. In: LAW, John. **Power, action and belief: a new sociology of knowledge?** London: Routledge, 1986, p.196-223
- CAVALCANTI, Maria Fernanda Rios; ALCADIPANI, Rafael. Organizações como Processos e a Teoria Ator-Rede: a contribuição de John Law para os estudos organizacionais. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 556-568, 2013.
- COOPER, Robert; LAW, John. Organization: distal and proximal views. **Research in the Sociology of Organizations**, v. 13, p. 237-74. Greenwich, CT: JAI Press, 1995.

- CORCUFF, Philippe. **As Novas Sociologias**: realidade social em construção. Ed Nathan: Paris, 1995.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix (1995). Introdução: Rizoma. In: **Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34.
- HINCHLIFFE, S. et al. Urban wild things: a cosmopolitical experiment. **Environment and planning: society and space**, v. 23, n. 3, p. 643-658, 2005.
- INGOLD, Tim. When ANT meets SPIDER: social theory for arthropods. In: KNAPPETT, Carl; MALAFOURIS, Lambros. **Material Agency**: towards a non-anthropocentric approach. Springer, 2008, p. 209 - 216.
- KNORR-CETINA, Karin. “New developments in science studies: the ethnographic challenge”. **Canadian Journal of Sociology**, Vol. 8(2), p. 153-177, 1983a.
- KNORR-CETINA, K.D. The Ethnographic Study of Scientific Work: Towards a Constructivist Interpretation of Science. **Science Observed**: Perspectives on the Social Study of Science. London: Sage, p. 115-140, 1983b
- LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- LATOUR, Bruno. On actor-network theory: a few clarifications. Página Eletrônica do Centre for Social **Theory and Technology** (CSTT), Keele University, UK, 1997.
- LATOUR, Bruno . Keynote Speech: On Recalling ANT. Introduction to Actor Network and After. **Workshop**, Keele University. Disponível em: <<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/stslatour1.html>>, 1997.
- LATOUR, Bruno . On recalling ANT. In: LAW, J.; HASSARD, J. (Eds.). **Actor Network Theory and After**. Oxford: Blackwell/The Sociological Review, p. 15-26, 1999.
- LATOUR, Bruno. **Ciência em Ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000.
- LATOUR, Bruno. **A Esperança de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru: EDUSC, 2001.
- LATOUR, Bruno. **Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches**. Bauru: EDUSC, 2002a.
- LATOUR, Bruno. **A Dialog on Actor Network Theory**. Disponível em: <<http://www.ensmp.fr/~latour/articles/article/090.html>>, 2002b.
- LATOUR, Bruno. Por uma antropologia do centro (entrevista). **Mana** 10(2), 2004a.
- LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza**: como fazer ciência na democracia. Bauru, SP: EDUSC, 2004b.
- LATOUR, B. Como falar sobre o corpo :a dimensão normativa dos estudos de ciência. **Body and Society**, vol. 10, 2004c.
- LATOUR, B. From realpolitik to dingpolitik: how to make things public. In: LATOUR, B.; WEIBEL, P. **Making things public**: atmospheres of democracy. Cambridge, MA: MIT Press, 2005a.
- LATOUR, B. **Reassembling the social**: an introduction to actor-network-theory. Oxford: Oxford University Press, 2005b
- LATOUR , Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador-Bauru: EDUFBA-EDUSC, 2012.

- LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **A Vida de Laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- LAW, John. Notes on the theory of the Actor-Networking: ordering, strategy and heterogeneity. **Systems Practice**, v. 5, n. 3, p. 379-373, 1992.
- LAW, J. **Organizing Modernity**. Oxford, UK ; Cambridge, Mass, USA, Blackwell. 1994.
- LAW, J. **Heterogeneities**. 1997. Disponível em: <<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Heterogeneities.pdf>>. Acesso em: 11 maio. 2010.
- LAW, J. **Objects, spaces and others**. 1999a. Disponível em: <<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Objects-Spaces-Others.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2010.
- LAW, J. After ANT: complexity, naming and topology. In: LAW, J.; HASSARD, J. (Eds.). **ANT and After**. Oxford, Blackwell/Sociological Review. p.1-14, 1999b
- LAW, J. **After method: mess in social science research**. London ; New York, Routledge. 2004
- LAW, John. **Actor Network Theory and Material Semiotics**. 2007. Disponível em: <<http://www.heterogeneities.net/publications/Law-ANTandMaterialSemiotics.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2010
- LAW, J.; LIEN, M. Slippery: Field Notes on Empirical Ontology. **Social Studies of Science**, p. 1- 16, 2013
- LAW, John; MOL Annemarie. Embodied Action, Enacted Bodies: the example of hypoglycaemia. **Body & Society** Vol. 10 (2-3), p.43-62, 2004
- LAW, John; MOL Annemarie. **The Actor-Enacted: Cumbrian Sheep in 2001**. In: KNAPPETT, Carl; MALAFOURIS, Lambros. **Material Agency: Towards a Non-Anthropocentric Approach**. Springer, p. 57 – 78, 2008
- LAW, J; SINGLETON, V. Object Lessons. **Organization**, v. 12, n. 3, p. 331–355, 2005.
- LAW, J; URRY, J. Enacting the Social. **Economy and Society**, v. 33, n. 3, p. 390-410, 2002
- LEE, N.; BROWN, S. Otherness and the Actor Network: the undiscovered continent. **American Behavioral Scientist**, v. 37, n. 6, p. 772-790, 1994.
- MOL, A. Ontological Politics. A Word and some questions. In John Law, John Hassard (Ed.), **Actor Network Theory and After**. Oxford: Blackwell Publishing. 1999.
- MOL, A. **The body multiple: ontology of medical practice**. Durham: Duke University Press, 2002.
- SEIBT, Johanna. **Process Philosophy**. The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Winter 2012 Edition), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em <<http://plato.stanford.edu/archives/win2012/entries/process-philosophy/>>. Acesso em 26 de outubro de 2013.
- REED, M. The limits of discourse analysis in organizational analysis. **Organization**, v. 7, n. 3, p. 524-530, 2000.
- RESCHER, Nicholas. **Process metaphysics: an introduction to process philosophy**. Albany: State University of New York Press, 1996.
- WALSHAM, G. Actor-network theory and IS research: current status and future prospects. In: LEE, A.; LIEBENAU, J.; DEGROSS, J. (Orgs.). **Information systems and qualitative research**. London: Chapman and Hall, 1997, p. 467-480.



**IV Colóquio Internacional de Epistemologia e
Sociologia da Ciência da Administração**
Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

WHITTLE, Andrea.; SPICER, André. Is Actor Network Theory Critique? **Organization Studies**, v. 29, n. 4, p. 611-629, 2008.